
	<p>ESTADO DO PARÁ MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA CNPJ 83.211.391/0001-10 Gabinete da Prefeita</p>	 <p>GOVERNO DE <b>SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA</b> UM GOVERNO DE TODOS</p>
---	--	---

**PARECER DO CONTROLE INTERNO/2023.**

**Nº-018/2023 – CI/PMSDA.**

**Requerente: Comissão de Licitação**

**EDMILSON ALVES SANCHES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Jarbas Passarinho, 77, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de **SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**, nomeado nos termos da **PORTARIA Nº 020/2021**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **Processo nº PP 012/2023-PMSDA**, referente a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tendo por objeto: **REGISTROS DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA.**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial**, processo nº **PP 012/2023-PMSDA**, terá como tipo de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, para Sistema de Registro de Preços (SRP), será regido pela a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as respectivas alterações posteriores e demais legislações em vigor.

O certame encontra-se instruído com os documentos necessários como: **Ofício Snº/ 2022- SEMAD**, de 02 de março de 2022 (Secretário Municipal de Administração solicitando autorização para realização de Procedimento Administrativo), **DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA, SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 20221019009, 20221019007, 20221019006, 20221019008, 20221019005, 20221019003, 20221019002, 20221020001, INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS –**



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA  
CNPJ 83.211.391/0001-10  
Gabinete da Prefeita



**IRP, MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – MIRP( Secretária Municipal de Agricultura, Secretária Municipal de Assistência Social, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Obras, Secretária Municipal de Planejamento, Secretária Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Transporte), AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (pelo Sec. de Administração), DESPACHO AO SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS, C.I. Nº 10/2023 (Diretor de Compras encaminhando as cotações de preços), DESPACHO (Ao Departamento de Contabilidade solicitando Dotação Orçamentária), DOCUMENTO DO SETOR DE CONTABILIDADE/PMSDA (Informando as Dotações Orçamentária), TERMO DE REFERÊNCIA, JUSTIFICATIVA, DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, PORTARIA Nº 255/2023-GAB/PMSDA (Dispondo sobre a nomeação do pregoeiro e da equipe de apoio), PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023/SEMAD: (Modalidade: Pregão Presencial nº PP 012/2023/SEMAD, data de Abertura: 30 de março de 2023, às 08:00), Requisitante: Secretaria Municipal de Administração de São Domingos do Araguaia/PA, AUTUAÇÃO (do processo licitatório lavrado o termo pela Pregoeira, MINUTA DE EDITAL e SEUS ANEXOS, ANEXO - XI (MINUTA DO CONTRATO), PARECER JURÍDICO, EDITAL E SEUS ANEXOS, AVISO DE LICITAÇÃO, JUNTADA DE PROPOSTAS COMERCIAIS, JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, JUNTADA DE AUTENTICIDADE DE CERTIDÕES, ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL, RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO, TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 012/2023-PMSDA e DESPACHO A CONTROLADORIA INTERNA.**

#### **DO CERTAME LICITATÓRIO:**

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI determina que nas contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo essa a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público. A regulamentação do referido artigo encontra-se na Lei nº 8.666/93 – Lei de licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais contaminações.

O procedimento licitatório tem como finalidade de manter a assepsia, evitando a proliferação de vírus e bactérias dentro dos veículos oficiais pertencentes às diversas unidades administrativas deste município.

Os veículos leves, ambulâncias, camionetes ônibus escolares estejam sempre limpos e higienizados, proporcionando um ambiente mais adequado para os profissionais, autoridades, pacientes e estudantes que os utilizam respectivamente.



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA  
CNPJ 83.211.391/0001-10  
Gabinete da Prefeita



Portanto, os serviços são necessários e imprescindíveis para garantir a limpeza, lavagem e higienização dos veículos oficiais, como formas de preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de uso e conservação, para preservar o valor do veículo, bem como o bem-estar daqueles que o utilizam.

**“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos de legalidade, da impessoalidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.**

A Lei nº 10.520/2002 institui a modalidade de licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. O artigo 3º da referida lei discorre sobre os requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão, quais sejam:

**“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:**

- I – A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;**
- II – A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara. Vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;**
- III – Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados: e**
- IV – A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor”.**

O caso do referido certame se inclui no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização de menor preço através de maior desconto



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA  
CNPJ 83.211.391/0001-10  
Gabinete da Prefeita



percentual e a economicidade do procedimento, torna-se plenamente possível sua aplicação para as contratações em comento.

Na Juntada documental do certame em pauta, encontra-se o parecer Jurídico (20 de março 2023), opinando pela aprovação do procedimento licitatório até o presente, encontrando-se o certame dentro dos parâmetros definidos pela legislação supramencionada. Portanto, não se verificam óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório, pelo que assim opina-se pelo prosseguimento do certame.

Verifica-se nos autos **AVISO DE LICITAÇÃO**, publicações no Diário Oficial da União no dia 20 de março de 2023, data de abertura do certame no dia 31 de março de 2023, às 08:00 horas e Diário Oficial dos Municípios do Pará no dia 21/03/2023, e data de abertura do certame 31/03/2023 às 08:00 horas, Edição 3209, sendo respeitado o prazo mínimo de 08 dias úteis, conforme o artigo 4º, inciso V da Lei nº 10.520/2002.

Consta também nos autos do certame, o **TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012 2023/PMSDA**, (31 de março de 2023), constando os resultados dos vencedores dos itens do referido certame.

Sem ater-se ao mérito do referido certame, entendendo não ser de competência da Direção do Controle Interno, a análise deste, haja vista que a demanda é de inteira responsabilidade da (as) unidade (es) requerente (es), porém, no que se refere as análises técnicas, confirmo que o processo licitatório em pauta se desenvolveu dentro dos requisitos da lei 8.666/93, da lei 10.520/02, e demais instrumentos legais correlatos cumprindo os prazos legais de publicação.

Sobre o certame licitatório verifica-se que se cuidou da razoabilidade, previsão orçamentária, viabilidade financeira, sendo demonstrado pelas unidades requerentes a necessidade dos serviços licitados, configurando, portanto, utilização do orçamento público e receita financeira na oferta de benefícios a comunidade.

#### **CONCLUSÃO:**

**Por fim, a Comissão de licitação atendeu os requisitos das Leis nas atividades realizadas com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra: apto a sua HOMOLOGAÇÃO pela autoridade competente sem nenhuma anormalidade, nota-se que o procedimento licitatório cumpriu seu objetivo.**

**Sendo estas as considerações finais, retoma-se os autos à comissão de licitação para demais procedimentos cabíveis e que o mesmo seja dado publicidade.**



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA  
CNPJ 83.211.391/0001-10  
Gabinete da Prefeita



Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer.

São Domingos do Araguaia (PA), 04 de abril de 2023.

Edmilson Alves Sanches  
Diretor do Controle Interno  
Portaria nº 020/2021 – GP